SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **17**

Parte I

A GRANDE TRANSFORMAÇÃO

Capítulo 1

O MERCADO E A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE **27**

1.1 A invenção da sociedade de mercado 28
1.2 A construção do mercado de trabalho 30
1.3 O trabalho como mercadoria fictícia 32
1.4 O duplo movimento e a formação da proteção social 34
1.5 Do colapso do mercado autorregulado ao compromisso social 36
1.6 Uma nova mercantilização do trabalho? 38

Capítulo 2

A REGULAÇÃO DA DESREGULAÇÃO: ESTADO E GLOBALIZAÇÃO **41**

2.1 O Estado desapareceu? A narrativa política da globalização 42
2.2 Globalização e neoliberalismo: uma distinção necessária 44
2.3 Do Estado protetor ao Estado promotor da concorrência 46
2.4 A regulação da desregulação 47
2.5 Quando o Direito entra em concorrência: o mercado das normas 50
2.6 A crise de 2008 e os limites do "Mercado Total" 52
2.7 Globalização sem desaparecimento do Estado 55

Capítulo 3

A EMPRESA, O CONTRATO E A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO..... 59

3.1 Da empresa integrada à produção fragmentada 60
3.2 A revalorização do contrato e a redistribuição dos riscos 62
3.3 A empresa como centro privado de poder 65
3.4 A força de trabalho *just-in-time* 68
3.5 A fragmentação da força de trabalho..... 70

Capítulo 4

A DESCOLETIVIZAÇÃO DO TRABALHO..... 75

4.1 Da mercantilização à descoletivização..... 76
4.2 Da concentração fabril à fragmentação do trabalho..... 78
4.3 Uma classe trabalhadora que mudou de forma 80
4.4 Da proteção coletiva à responsabilização individual 82
4.5 A plataformização como radicalização da descoletivização 85
4.6 A negociação coletiva depois da descoletivização..... 88

Parte II

A TRANSFORMAÇÃO DOS ATORES COLETIVOS

Capítulo 5

EMPRESAS E AÇÃO COLETIVA NA ECONOMIA GLOBAL 95

5.1 A empresa também age coletivamente 96
5.2 Da formação da representação patronal à participação na regulação 98
5.3 Da representação de interesses à governança das relações de trabalho 101
5.4 Negociação coletiva: quando organizações negociam com organizações..... 103
5.5 Quando a organização empresarial ultrapassa o Estado nacional 106
5.6 A empresa em rede e o poder da firma líder 109
5.7 A assimetria das escalas 113

Capítulo 6

DA DESCOLETIVIZAÇÃO À RECONSTRUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA... 117

6.1 A descoletivização não é o fim da ação coletiva 118
6.2 A crise de uma forma histórica de sindicalismo 121
6.3 *Organizing*: a solidariedade como construção 124
6.4 Para além do local de trabalho: comunidades, coalizões e *worker centers* 127
6.5 A geografia da solidariedade no trabalho de plataforma 130
6.6 Liberdade sindical e negociação coletiva além do contrato de emprego 134
6.7 A reconstrução institucional do poder coletivo 138

Capítulo 7

O MODELO SINDICAL BRASILEIRO EM TRANSFORMAÇÃO..... 145

7.1 O coletivo brasileiro: uma trajetória institucional particular 146
7.2 Da organização social à institucionalização estatal do conflito 149
7.3 1988: autonomia sindical sem plena liberdade de organização..... 153
7.4 Representação jurídica e representatividade social 155
7.5 2017: financiamento, negociação e poder coletivo 158
7.6 Quando a categoria encontra um trabalho que já não cabe nela 162
7.7 Transformar sem simplesmente desmontar 165

Parte III

O COLETIVO ALÉM DO ESTADO NACIONAL

Capítulo 8

O DIÁLOGO SOCIAL ALÉM DO ESTADO NACIONAL EUROPEU 171

8.1 Quando o mercado atravessa a fronteira e a proteção permanece nacional..... 172
8.2 Da integração econômica à construção de uma dimensão social europeia 175
8.3 O diálogo social europeu e a produção supranacional da norma 178
8.4 Informação, consulta e representação transnacional na empresa 180

8.5 Reestruturar sem decidir sozinho: diálogo social e participação coletiva 183
8.6 Da empresa à cadeia global: os acordos-marco globais 188
8.7 Mudar de escala sem perder o território..... 193

Capítulo 9

A DIMENSÃO SOCIAL DA INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL 197

9.1 Do mercado comum à questão social regional 198
9.2 Quando o trabalho entra na integração: tripartismo e ação coletiva regional 201
9.3 A Declaração Sociolaboral e sua institucionalização..... 205
9.4 Entre harmonização e assimetrias: a construção de um espaço social regional..... 208
9.5 Os limites de uma dimensão social intergovernamental..... 214
9.6 Regionalizar a proteção sem reproduzir o Estado 217

Parte IV

A RECONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO SOCIAL

Capítulo 10

O DIÁLOGO SOCIAL COMO RESPOSTA INSTITUCIONAL 223

10.1 Do conflito à instituição: organizar o conflito..... 225
10.2 Tripartismo e formas do diálogo social..... 228
10.3 Sujeitos e representatividade no diálogo social..... 233
10.4 Governar a transformação..... 238
10.5 Os limites do diálogo: participação sem poder?..... 242
10.6 Reconstruir instituições para reconstruir o coletivo 246

CONSIDERAÇÕES FINAIS 251

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 261